

Os serviços nas áreas rurais: inovação social e território¹

Teresa ALVES

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
e-mail: teresa.alves@mail.doc.fl.ul.pt

Resumo

As transformações das últimas décadas alteraram os espaços urbanos e condicionaram, de forma sensível, o papel das áreas rurais contribuindo para que estas não continuem a ser vistas como espaços à margem das mudanças sociais, económicas e políticas. A divisão tradicional em que a produção de produtos primários, alimentos ou matérias-primas, cabia às áreas rurais e os serviços e as indústrias eram, essencialmente, funções das áreas urbanas, está cada vez mais obsoleta. As áreas rurais há muito que deixaram de estar associadas exclusivamente à agricultura, pois os espaços consagrados à habitação, às indústrias e aos serviços não param de crescer, contribuindo para a formação de territórios multifuncionais onde emergem novas formas de trabalho e novos tipos de emprego.

Muitas destas mudanças são o resultado de um modelo de organização do espaço que se caracteriza pela intensificação das trocas - materiais, mas, sobretudo, imateriais - entre os diversos tipos de territórios, o que induziu mudanças significativas em domínios como a repartição da população, a localização das actividades económicas ou a distribuição das infra-estruturas e dos equipamentos. Um dos aspectos mais evidentes é a crescente terciarização das áreas rurais em consequência de processos tão variados como: os movimentos de população, as transformações na agricultura, a procura de novas opções para os espaços da vida quotidiana ou a emergência de novas relações sócio-culturais.

¹ Artigo elaborado no âmbito do Projecto *Serviços e Desenvolvimento: Que Oportunidades para as Áreas Rurais?*, financiado pelos programas PRAXIS XXI e POCTI.

Palavras-chave: Serviços, Organização do Território, Terciarização das Áreas Rurais, Inovação Social.

Abstract

In the last decades there were several important changes in the patterns of the organisation of our society. Besides its effects in urban areas, this changes significantly affected rural areas. From now on rural world can't be faced anymore as a world apart from social, economical and political evolution. The traditional functional division, were the production of agricultural products and raw materials usually took place in rural areas, and services and industry were, specially, functions of urban areas, is more and more left behind. Rural areas can't be no more associated exclusively to agriculture, since the needed space to housing, industry and services location keeps growing, leading to the development of multifunctional territories, were new forms of work and new types of jobs emerge.

Most of these changes are the result of a spatial organisation model that may be characterised by the intensification of material exchanges, but above all of immaterial exchanges, between different kinds of territories, introducing important modifications in domains as spatial distribution of population, location of economic activities and of infrastructures and facilities. One of the most outstanding aspects is the growing weight of the services sector in rural areas as a consequence of processes as diverse as population movements, agricultural changes, the search for new options for the daily life or the emergency of new socio-cultural relations.

Key-words: Services, Territorial Organisation, Services in Rural Areas, Social Innovation

Résumé

Les transformations des dernières décennies ont non seulement modifiés les espaces urbains, comme conditionné de manière significative le rôle des aires rurales ; faisant ainsi en sorte que celles-ci ne soient plus vues comme des espaces en marge des transformations sociales, économiques et politiques. La traditionnelle division où la production de produits primaires, d'aliments ou de matières premières était de la responsabilité des aires rurales et les services et les industries étaient, essentiellement, dû domaine des aires urbaines, s'est tournée totalement obsolete. Il y a bien longtemps que les aires rurales ne sont plus

exclusivement associées à l'agriculture, en effet, les espaces dédiés à l'habitation, aux industries et aux services, n'arrêtent pas de croître, entraînant la formation de territoires multifonctionnels où émergent de nouvelles formes de travail et de nouveaux types d'emplois.

La plupart de ces changements sont le résultat d'un modèle d'organisation de l'espace qui se caractérise par l'intensification des échanges matériels, mais surtout, immatériels – entre les divers types de territoires, ce qui a entraîné de significatives mutations dans les domaines comme la répartition de la population, la localisation des activités économiques ou encore la distribution des infrastructures et des équipements. L'un des aspects les plus évident est la croissante tertiarisation des aires rurales en conséquence de processus aussi variés que : les déplacements de population, les transformations dans l'agriculture, la recherche de nouvelles options pour les espaces de la vie quotidienne ou l'émergence de nouvelles relations socioculturelles.

Mots-clés : Services, Organisation do Território, Tertiarização das Áreas Rurais, Inovação Social.

1. As mudanças no contexto demográfico e a expansão dos serviços em áreas rurais

Desde há várias décadas que as áreas rurais², em Portugal, têm vindo a perder população residente em virtude do deficiente desenvolvimento económico e social que pautou, durante anos, a evolução destas regiões.

De acordo com os resultados preliminares do último censo, de 1991 para 2001, a diminuição da população residente continuou a verificar-se na maior parte dos concelhos das áreas rurais, embora um número apreciável tenha conseguido inverter esta tendência (figura 1). Um primeiro grupo é constituído por concelhos rurais que ao longo da última década funcionaram como uma nova coroa de difusão dos efeitos do crescimento económico da faixa litoral mais desenvolvida: Ponte de Lima, Cabeceiras de Basto, Baião, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Arouca, Anadia, Cantanhede, Penacova, V. Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Pombal, Cadaval, Bombarral, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Alcácer do Sal, Grândola e Aljezur. Um segundo conjunto é constituído por concelhos mais inte-

² O conceito de rural utilizado neste caso é essencialmente físico pois baseia-se na reduzida dimensão populacional e na baixa densidade de construção (Alves, 2001b). Apesar de nestas áreas a paisagem continuar a ser dominada por espaços de agricultura, de pecuária ou de floresta, não significa que a principal fonte de rendimento ou o principal tipo de ocupação da população residente esteja nestas actividades.

riores ou localizados em áreas menos desenvolvidas mas que, em virtude de dinâmicas particulares, conseguiram pelo menos manter a população anterior: Chaves, Mirandela, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Covilhã, Fundão, Ponte de Sor, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Vidigueira e Alvito. Por fim, concelhos que incluem cidades sedes de distrito como Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco e Beja. Estes concelhos beneficiaram de saldos migratórios elevados (figura 2) o que permitiu compensar a fraqueza dos saldos naturais que na maior parte dos casos foram negativos (figuras 3).

Em face das mudanças nos movimentos demográficos, os residentes nas áreas rurais revelam algumas características novas. Se, por um lado, deparamos com o aumento da média da idade da população residente em virtude do envelhecimento, por outro, constatamos que alguns movimentos migratórios levam novas populações para as áreas rurais, alterando os perfis da população residente, com consequências na estrutura da população residente activa e nos níveis de procura de determinados serviços. Para avaliar estas mudanças utilizam-se os dados provenientes dos Inventários Municipais do INE e centra-se a análise nas freguesias da Região Centro.

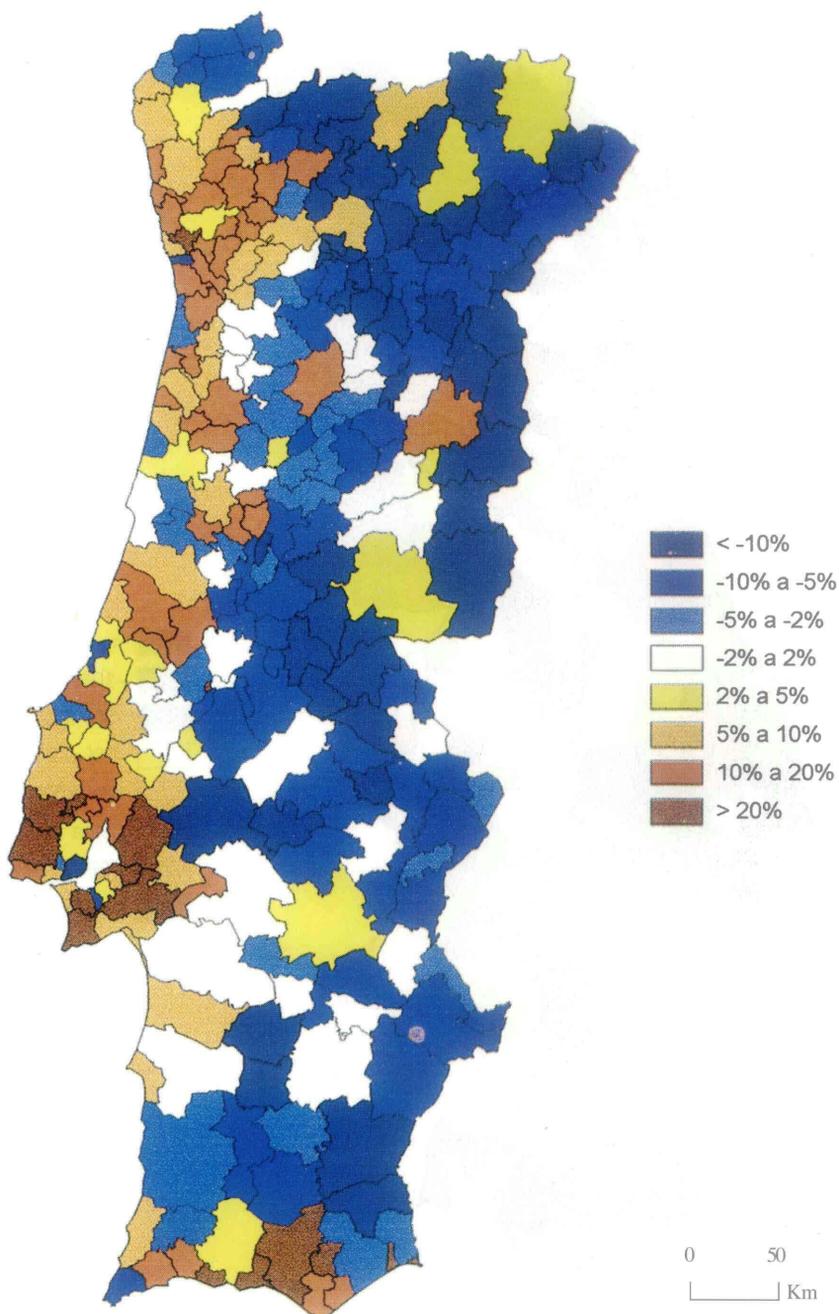
1.1. O envelhecimento da população

Em 2001, de acordo com os resultados provisórios dos Censos (2002), o número de idosos recenseados ultrapassou o número de jovens uma vez que, entre 1991 e 2001, se observou um crescimento da população com 65 e mais anos (+26,8%) e um declínio do grupo com menos de 15 anos (-16%). Este processo de duplo envelhecimento demográfico ocorreu em quase todo o país, sendo escassos os concelhos onde tal não se verificou. Nas áreas rurais o envelhecimento acentuou-se ainda mais, devido à diminuição da natalidade e ao aumento da longevidade das pessoas.

A contínua diminuição das taxas de natalidade nas áreas rurais traduz a adopção de modelos sociais de comportamento que durante muitos anos estiveram associados às áreas de maior desenvolvimento urbano e significa mudanças culturais importantes (utilização de métodos de controlo de natalidade; redução da influência da igreja católica; função dos filhos, que deixaram de ser encarados como uma reserva potencial de força de trabalho para ser utilizada na exploração agrícola familiar; alterações das perspectivas de ascensão social que passaram a ser vistas em função do nível de instrução ou de modos de vida fora da agricultura). Assim, o número médio de filhos por família tem vindo a decrescer desde os anos 50.

O aumento da média da idade da população residente, associado ao crescimento da longevidade, pode ser considerado um indicador de qualidade pois os

Figura 1 - Variação da População, por Concelho, em Portugal Continental (1991/2001)



Fonte: INE

Figura 2 - Saldo Migratório, por Concelho, em Portugal Continental (1991/2001)

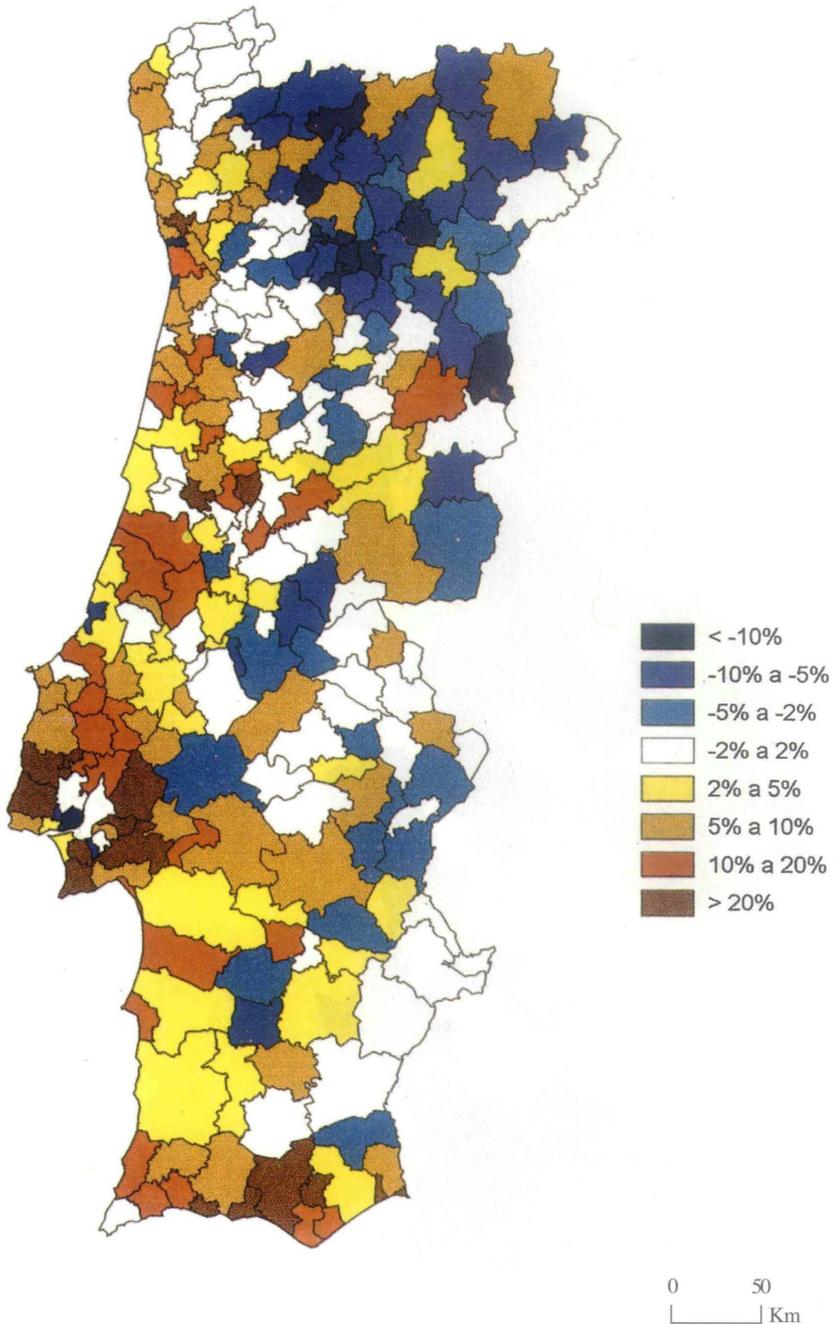
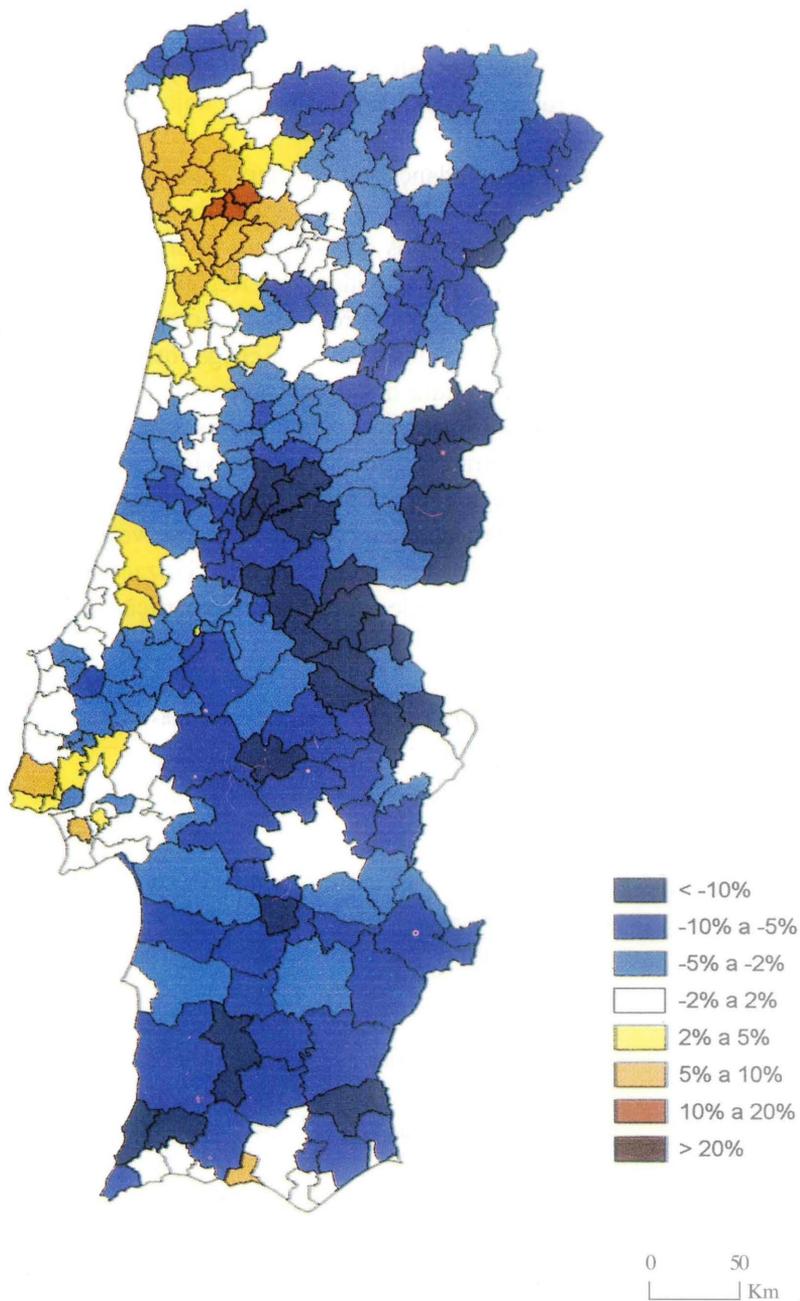


Figura 3 - Saldo Natural, por Concelho, em Portugal Continental (1991/2001)



Fonte: INE

residentes em áreas rurais apresentam hoje uma esperança de vida muito elevada, o que pode estar, em certa medida, relacionado com a vida calma e a qualidade da dieta alimentar ainda pouco dependente dos produtos industrializados. Se no passado havia diferenças entre a esperança de vida dos habitantes em meios urbanos e dos habitantes em meio rural, em favor dos primeiros, hoje tal já não é muito evidente.

Nas áreas rurais, a par das mudanças na estrutura etária da população residente, assistimos a transformações sociais que se traduziram numa maior equidade na repartição dos serviços destinados ao consumo final, em particular, os directamente relacionados com a população idosa. Na Região Centro, entre 1994 e 1998, verificou-se a expansão dos serviços relacionados com a saúde e a segurança social, em virtude quer da necessidade de fazer chegar os serviços às populações, quer do alargamento da procura devido ao processo de envelhecimento populacional (quadro 1). Numa primeira fase aumentaram os serviços públicos, mas as dinâmicas mais fortes centraram-se depois nos serviços privados (consultórios médicos e serviços afins) e nos serviços da economia social (centros de dia e refeições ao domicílio). Esta evolução tem consequências visíveis na reestruturação das actividades económicas, contribuindo para a terciarização do emprego nestas regiões, e para uma maior equidade em termos de repartição territorial das funções.

Quadro 1 - Serviços de segurança social e de saúde, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções		Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		N.º	%	%
Segurança Social	Lar da 3ª idade	248	22,4	35,5
	Centro de Dia	464	41,8	64,8
	Refeições ao domicílio	258	23,3	-
Saúde	Centro de Saúde	108	9,9	0,0
	Consultório Médico	341	33,8	43,9
	Farmácia	412	37,2	6,5
	Extensão de Centro de Saúde	580	52,3	-
	Posto de Enfermagem	142	12,8	27,9
	Serviço de Análises Clínicas	234	21,1	75,9

Fonte : INE

1.2. Migrações definitivas – os reformados regressam ao espaço rural

O aumento do número dos alojamentos em áreas rurais em declínio populacional revela sobretudo a expansão do uso sazonal (figura 4). De facto, entre 1991 e 2001, os alojamentos sazonais, passaram de 20,6% para 41,1% do

total (INE, 2002: LVII). A importância deste tipo de habitação aparece associada: à expansão da habitação secundária em áreas balneares (Algarve, Oeste, Costa Vicentina, Litoral Centro e alguns concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto); ao aumento da procura de habitação secundária em áreas rurais (Alentejo; Douro; Pinhal Interior Norte); ao retorno para as áreas de origem da emigração e do êxodo rural (Interior Norte e Centro).

Os aumentos mais significativos na proporção dos alojamentos de uso sazonal verificaram-se, se exceptuarmos o Algarve, nalguns concelhos do Alentejo, de Trás-os-Montes, da Raia Central e do Pinhal Interior (INE, 2002:LVIV). Esta tendência é, em parte, o resultado de um movimento de retorno às áreas rurais de pessoas que nos anos 40 e 50 tinham saído para as áreas mais desenvolvidas do litoral (Ramos, 1996). São reformados que ao longo da vida activa nunca perderam a ligação às origens e que, quando isso se torna possível, prolongam as estadias. Por vezes, a necessidade de deixar a casa da cidade para os filhos, noutros casos o facto da qualidade de vida nas áreas rurais ser superior à que poderiam dispor na cidade fazem com que o regresso assuma uma forma mais definitiva. O impacto desta população sobre as regiões manifesta-se de diversas formas. A construção de um novo edifício ou a reconstrução da casa da família dinamizam o mercado local da construção civil, o comércio associado aos materiais de construção e ao equipamento para o lar (mobiliário e electrodomésticos), e, simultaneamente, os serviços relacionados com os projectos de engenharia e arquitectura (quadro 2).

Quadro 2 - Serviços de distribuição, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Varição 1994-98	
	N.º	%	%	
Serviços de distribuição relacionados com construção e equipamento doméstico	Mat. de construção, ferramentas	577	52,0	1,4
	Materiais eléctricos	496	44,7	-
	Electrodomésticos	490	44,2	1,3
	Artigos de iluminação	544	49,1	-
	Louças e utilitários domésticos	585	52,8	-
	Quadros e molduras	330	29,8	-
	Rádio, TV, Hi-Fi	440	39,7	-
	Móveis	464	41,8	2,1

Fonte : INE

Por outro lado, esta população é constituída por pessoas com algum poder de compra, pois os rendimentos provenientes das reformas dos empregos das áreas urbanas são em média mais elevados do que as dos seus conterrâneos que per-

maneceram nas áreas rurais³, o que associado a hábitos de consumo urbanos, estimulam positivamente diversas actividades de comércio e de restauração. Simultaneamente, em virtude da idade avançada, esta população é potencialmente consumidora de serviços de saúde e de segurança social associados à terceira idade, o que faz crescer a sua procura. Assim, os serviços comerciais tendem, de um modo geral, a surgir na Região Centro com um padrão de repartição pelas freguesias bastante disperso, ocorrendo em mais de 50% destas, o que é revelador da sua presença em muitos lugares com características rurais acentuadas.

1.3. Migrações pendulares – já não é necessário viver próximo do local de trabalho

O transporte privado permite a separação crescente entre locais de residência, cada vez mais dispersos, e locais de trabalho, cada vez mais concentrados. Assim, determinadas áreas rurais, em particular, as mais acessíveis aos grandes centros urbanos, são objecto de pressões por parte do sector imobiliário que se manifestam na especulação sobre o preço de casas antigas e na construção de novos empreendimentos habitacionais⁴ destinados a populações urbanas. Estes empreendimentos, em princípio destinados a residências secundárias, tendem a satisfazer também uma procura mais ou menos qualificada de habitações permanentes. À medida que o poder de compra de certos grupos sociais aumenta, a procura de habitações com determinadas características – de grande dimensão, tipo unifamiliar, em ambiente calmo e seguro – cresce, o que estimula o surgimento de uma oferta mais segmentada.

Por outro lado, os novos modos de organização da jornada de trabalho permitem que alguns grupos sociais (professores, profissões liberais, etc.) possam dispor de mais tempo para permanecer em casa, onde para além de desfrutar o tempo de lazer, podem executar as suas funções profissionais. Num inquérito realizado em 1999 (Alves, Pereira e Pires, 1999) verificou-se que em Portugal, tal como nos EUA, na decisão de aderir ao teletrabalho era fundamental a questão das condições de habitabilidade da residência. A aposta na qualidade destes novos empreendimentos imobiliários, pode contribuir para a fixação de população, mesmo que não seja de uma forma permanente, pelo menos por períodos de tempo mais longos. Uma das tendências que pode vir a acentuar-se, em termos de tipo de ocupação da residência, é que em vez de uma residência principal e uma ou várias secundárias, as famílias passem a dispor de duas ou várias habitações principais.

³ Estas disparidades de rendimento resultam, por um lado, do tipo de actividades desenvolvidas nuns e noutros locais, e por outro, das diferenças nos regimes contributivos da segurança social.

⁴ Através da consulta dos anúncios publicados nos jornais pode verificar-se a expansão destas iniciativas, primeiro na periferia da Área Metropolitana de Lisboa (Peniche, Caldas da Rainha, Benavente, Grândola) e, mais recentemente, na do Porto.

Os impactos destas iniciativas imobiliárias em meio rural na diversificação das actividades económicas locais são variáveis, dependendo do nível de integração no território em que se instalam. No caso dos condomínios privados a prestação de serviços é realizada, na quase totalidade, dentro do empreendimento, sem relação directa com a realidade envolvente, a não ser, eventualmente, pela criação de postos de trabalho em funções mais ou menos desqualificadas como a limpeza, a segurança e a manutenção dos espaços verdes. As funções de serviços mais qualificadas são, em geral, prestadas por empresas em regime de subcontratação, com sede nos grandes centros urbanos.

O desenvolvimento das acessibilidades facilita a existência da residência permanente longe do bulício da cidade, integrada num padrão de organização do espaço mais tradicional - numa aldeia, numa vila ou isolada em meio rural. Esta opção de residência surge mais frequentemente associada a um comportamento de maior integração com o meio envolvente e pode ter um efeito dinamizador sobre as actividades locais, da construção civil ao comércio de produtos alimentares, passando pelos serviços colectivos e pelos serviços pessoais. Entre as razões que levam a este investimento fora dos grandes centros urbanos está a procura de modos de vida mais saudáveis, nomeadamente, ao nível da alimentação, que se traduzem na participação na vida do dia a dia das novas áreas de residência.

Estes processos, para além de captarem população, têm um efeito demonstrativo para a população local que assim vê valorizado pelos de fora o meio em que vive. O que pode contribuir para a fixação da população local mais jovem que, face ao custo da habitação nos grandes aglomerados, aceita fazer um movimento pendular diário mais longo para beneficiar da possibilidade de viver numa área que está a ser valorizada pela presença de populações exógenas. Em 50 dos concelhos em declínio demográfico o saldo migratório foi, todavia, positivo (INE, 2002). As regiões em que tal acontece com maior frequência são o Alto e o Baixo Alentejo, a Beira Interior, o Pinhal Interior Norte e o Douro.

Em virtude destas tendências assistimos não só ao crescimento do número de alojamentos (Figura 4), à redução dos alojamentos vagos (INE, 2002: LIII), mas, sobretudo, à expansão das famílias residentes (Figura 5). De 1991 para 2001, e de acordo com os resultados preliminares do Censo, verificamos que áreas rurais em declínio demográfico revelam expansão destes dois indicadores o que põe em evidência mudanças demográficas muito mais vastas do que meros saldos de população. Os reflexos desta evolução na procura de serviços em áreas rurais são desde já evidentes.

Por um lado, um número apreciável de jovens ao constituírem uma nova família, não abandonam os locais de residência habitual, mas procuram uma habitação independente da dos pais, o que gera dinâmica em actividades como o comércio de materiais de construção, de equipamento doméstico ou as reparações, e

traduz-se no crescimento do número de famílias e de alojamentos ocupados. Ao mesmo tempo, ao constituírem famílias mononucleares induzem procura de serviços sociais fora do agregado doméstico como creches, escolas, desporto ou saúde. Todavia, a adopção de comportamentos sociais de controlo da natalidade leva à redução do número médio de filhos por família e não permite a inversão do saldo natural que continua a ser negativo, apesar das outras tendências demográficas serem positivas. A dimensão média da família em Portugal tem vindo a diminuir, particularmente nas áreas rurais. Em 2001, o valor médio nacional estava em 2,8 pessoas por família (3,1 em 1991 e 3,4 em 1981) e a larga maioria dos concelhos rurais apresentava valores abaixo da média (INE, 2002:LI).

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de alguns serviços nas áreas rurais atraem novos residentes – os saldos migratórios até tendem a ser positivos nalguns concelhos com persistente declínio demográfico – e levam à criação de novos postos de trabalho. Já em 1991, muitos dos concelhos localizados nas áreas rurais tinham os serviços como principal sector de actividade da população residente (figura 6). Outro indicador destas mudanças é o crescimento, acima dos valores médios, da população residente que atingiu os ensinos secundário e superior. De acordo com os dados do INE (2002: XLV-XLVIII) observa-se um ritmo de evolução destes indicadores mais forte fora das Áreas Metropolitanas, o que reflecte os pontos de partida diferentes, mas que pode ser indício de um movimento de fixação de população com níveis de instrução mais elevados nas áreas rurais para prestar serviços mais qualificados (na saúde, na educação, na administração pública, nos serviços de apoio à produção, etc.).

2. As mudanças no contexto económico

2.1. A diminuição dos activos na agricultura e a expansão dos serviços

Em termos económicos as áreas rurais tendem a ser cada vez menos dominadas por empregos ligados à exploração directa dos recursos naturais. A agricultura reestruturou-se de modo a responder às mudanças nacionais e internacionais, assumindo formas de produção cada vez menos consumidoras de força de trabalho. A exteriorização de funções, a montante, durante e após o processo de produção propriamente dito, começa a dinamizar segmentos dos serviços de apoio à produção (Pereira, 1994). O declínio do emprego nas actividades primárias, o aumento de diversas formas de mecanização e o desenvolvimento dos serviços de apoio à produção são os indicadores mais evidentes destes processos (Pereira, 1994).

Figura 4 - Variação dos Alojamentos, por Concelho, em Portugal Continental (1991/2001)

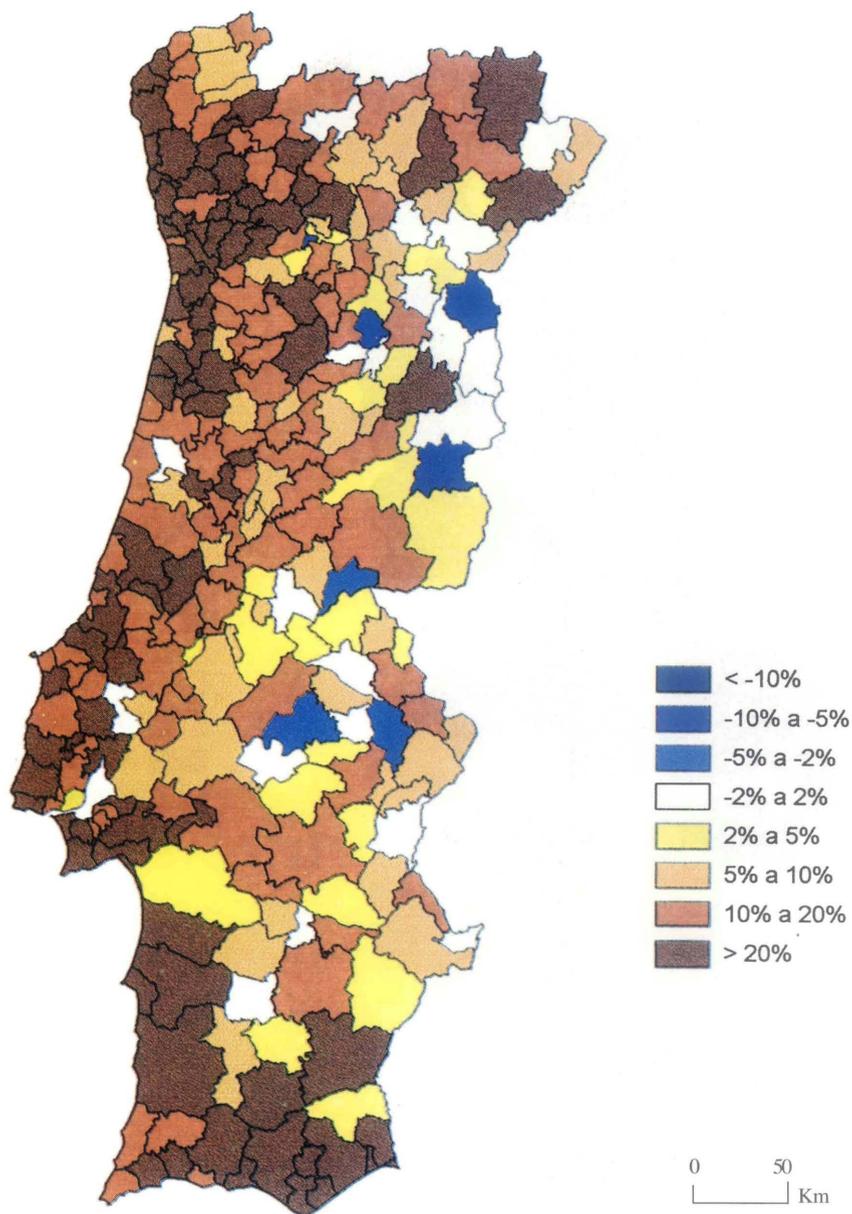
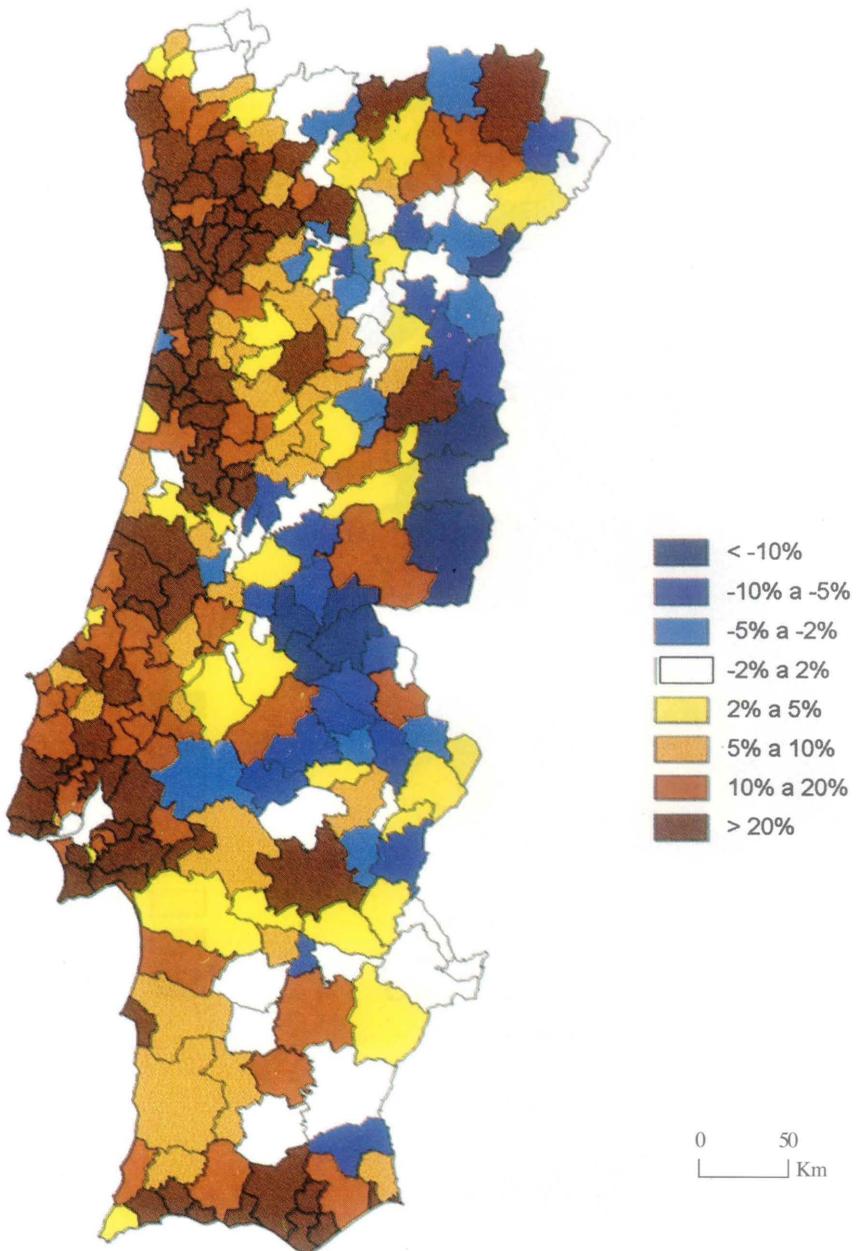


Figura 5 - Variação das Famílias, por Concelho, em Portugal Continental (1991/2001)



Fonte: INE

Em virtude do declínio dos activos agrícolas a importância dos serviços reforça-se passando a ser o principal sector de actividade económica (quadro 3 e figura 6) em muitos concelhos que podemos classificar como rurais, quer pela dimensão humana, quer pela densidade de ocupação e habitação (Alves, 2001b).

Quadro 3 - Estrutura da população residente activa nos concelhos não metropolitanos (Portugal, 1981 e 1991)

	Agricultura e Pesca (%)	Indústria (%)	Construção e O. Públicas (%)	Serviços (%)
Total -1991	15.8	28.8	14.0	41.4
Total -1981	30.7	24.8	13.9	30.6
Varição 81-91 (%)	-44.8	24.2	7.5	44.5

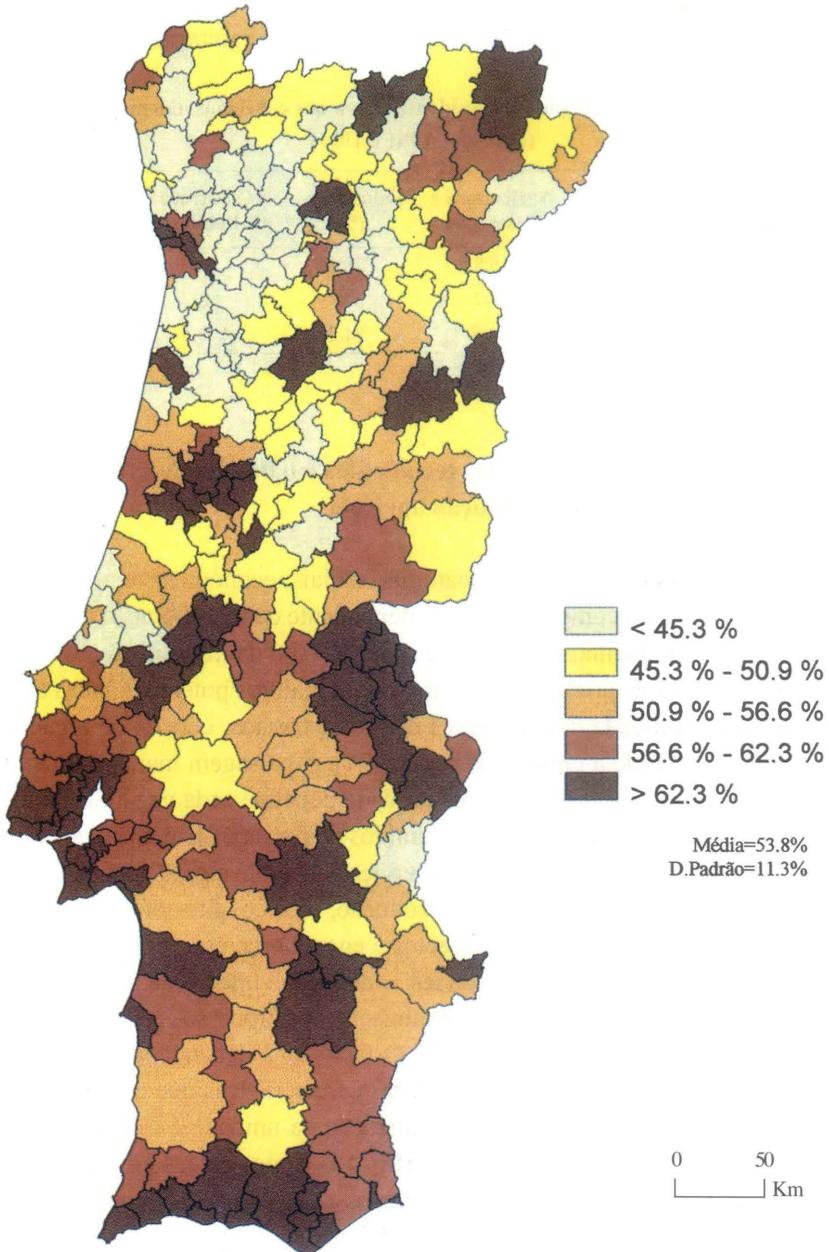
Fonte : INE

2.2. O progresso das ciências e das tecnologias e o desenvolvimento dos serviços de apoio à produção agrícola

Nas áreas onde as condições naturais, sociais, económicas e políticas permitem uma agricultura competitiva, mais dependente da incorporação de saber do que das questões ambientais, mantém-se o incremento da intensificação de modo a aumentar a escala de produção. Nas áreas com maiores potencialidades agrícolas a superfície cultivada com pomares de frutos frescos, cereais de regadio ou horto-floricultura tende a crescer (Pereira, 1994). A paisagem mantém o carácter rural, mas uniformiza-se. O sucesso da unidade depende cada vez mais da incorporação de bens imateriais que são consumidos de forma intermédia e constituem o suporte do desenvolvimento de alguns serviços de apoio à produção como serviços técnicos ligados à mecanização da produção, serviços fito-sanitários e veterinários, serviços de contabilidade, projectos e engenharia, etc..

Tal como nas restantes actividades, o desenvolvimento da agricultura manifesta-se por um processo de desmaterialização dos processos produtivos que se reveste de características muito próprias. O facto de a dependência do meio ser ainda determinante para a obtenção de certas características que conferem diversidade aos produtos da agricultura, a localização da unidade é fundamental. Por exemplo, não é possível produzir carne certificada como barrosã no Alentejo, pois para além do facto destas espécies autóctones de bovinos estarem adaptadas a determinado tipo de meio físico, os pastos diferentes não permitiriam a obtenção de algumas características no produto final (sabor, textura, etc.). Simultaneamente, o investimento médio de cada agricultor tende a crescer o que aumenta o risco da actividade e impõe a necessidade de uma gestão e organização da produção

Figura 6 - População residente activa nos serviços, 1991



cada vez mais profissional o que não se compadece com o autodidatismo do passado e promove o crescimento do consumo de serviços (ex.: formação, veterinária, reparação de máquinas e equipamentos, financiamento).

Na Região Centro a dispersão destes serviços está patente no elevado número de freguesias que em 1998 dispunha destas funções (quadro 4), contribuindo para a terciarização do emprego e das actividades presentes na região.

Quadro 4 - Serviços de apoio à actividade agrícola, freguesias servidas na Região Centro

	Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
		N.º	%	%
Serviços de Apoio à Produção Agrícola	Loja de Abastecimento Agrícola	710	64,0	22,4
	Alfaias e Máquinas agrícolas	345	31,1	-
	Reparação de Máquinas Agrícolas	470	42,5	-
	Serviços Veterinários	146	13,2	135,5

Fonte : INE

3. Inovações tecnológicas, efeitos sociais e novas opções para os espaços de vida

As condições sociais e económicas que permitiram a generalização de uma série de inovações tecnológicas estão a traduzir-se no desenvolvimento de novas oportunidades para as áreas rurais. Situação que se manifesta quer pela transformação da estrutura da população residente, quer pelo incremento de novas actividades ou pela reconversão das mais antigas. Entre estas inovações estão a vulgarização do transporte individual, a melhoria da produtividade do trabalho que conduz ao crescimento do tempo de lazer e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

3.1. A vulgarização dos meios de transporte individuais

O aumento da mobilidade da população contribuiu, de forma decisiva, para que as opções em termos dos espaços da vida quotidiana se tenham alargado de uma forma muito clara nas últimas décadas. Para tal foi determinante a expansão da posse de meios de transporte privados individuais.

Na escolha do local de residência os factores económicos são fundamentais. A localização da residência depende, acima de tudo, do preço da habitação. Este, em geral, vai decrescer à medida que nos afastamos do centro dos aglomerados urbanos. A melhoria do poder de compra, a par com a diminuição do custo do crédito à habitação, permitiu que um número crescente de famílias realizasse o

sonho de melhorar as condições de habitação. A superfície média disponível por pessoa aumentou, o que se traduziu no crescimento da dimensão média das habitações, tornando-as mais caras e, conseqüentemente, afastando para fora do centro das cidades as populações ou com menores disponibilidades financeiras – expansão de subúrbios/dormitórios – ou que procuram outro tipo de habitação – unifamiliar e/ou maior dimensão.

Todavia, com o desenvolvimento das redes de comunicação a habitação pode localizar-se muito distante em termos físicos do local de trabalho, mas a mobilidade acrescida, resultante da generalização dos meios de transporte individual, pode transformá-la numa distância curta em termos de tempo.

Os reflexos deste processo sentem-se na periferia das grandes cidades como Lisboa ou Porto, mas também nas cidades médias como Coimbra, Viseu ou Évora, e em aglomerados mais pequenos como sedes de concelho em áreas rurais. Neste caso um aspecto importante é a disponibilidade de um terreno para construir. Nas áreas onde predomina a pequena propriedade fundiária, a dispersão das habitações aumenta à medida que as famílias se expandem e a facilidade de mobilidade cresce. O desenvolvimento dos transportes escolares, suportados pelas autarquias locais, superou o constrangimento do custo de viver na aldeia para frequentar o ensino obrigatório, ao mesmo tempo que a vulgarização dos meios de transportes individuais privados libertou os movimentos e permitiu novas opções de residência.

À dispersão dos lugares de residência nem sempre corresponde a dispersão dos locais de emprego; assim, a pendulação pode não ter efeitos muito positivos no desenvolvimento das actividades de serviços, pois estes podem ser adquiridos preferencialmente junto ao local de trabalho. Outros serviços existem que revelam uma grande proximidade aos locais de residência: educação, segurança social, administração local, serviços de saneamento básico.

Um dos indicadores destas mudanças é a expansão em áreas rurais dos serviços de apoio às crianças antes da idade da escolaridade obrigatória (quadro 5). O tipo de família em meio rural apresenta hoje características completamente diferentes das do passado. As famílias deixaram de ser alargadas e polinucleares e as mulheres trabalham fora de casa a maior parte do dia. Este perfil de família, contudo, não surge apenas no seio dos novos habitantes das áreas rurais, mas também entre os casais mais jovens que sempre viveram nestas áreas e que adoptam cada vez mais as atitudes e os comportamentos sociais dos outros jovens.

Por outro lado, a difusão dos transportes individuais teve reflexos muito significativos no desenvolvimento de novas funções de serviços em áreas rurais, como por exemplo: a reparação automóvel ou a distribuição de combustíveis.

Quadro 5 - Serviços de educação e segurança social, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções		Freguesias servidas		Variação
		N.º	%	1994-98 %
Educação	Educação Pré-Primária (pública)	791	71,3	10,2
	Ensino Básico Público 1º Ciclo	1066	96,1	-0,5
Segurança Social	Creche	367	33,1	21,7
	Jardim de Infância	568	51,2	12,1

Fonte : INE

3.2. A melhoria da produtividade do trabalho e o aumento do tempo de lazer

O aumento da produtividade, ou seja a obtenção de um determinado produto com menor investimento significa, na cidade e em relação ao factor trabalho, maior disponibilidade de tempo para o lazer e, ao mesmo tempo, um aumento do rendimento disponível para consumir, o que cria novas necessidades. Para satisfazer estas necessidades a população urbana, frequentemente, recorre ao espaço rural onde se localizam as segundas habitações ou as estâncias de lazer.

O aumento de produtividade nas áreas rurais significa, por sua vez, a diminuição da população activa agrícola e um aumento do espaço disponível para actividades não primárias. A população que abandona a actividade agrícola pode continuar a viver em meio rural, alterando o perfil produtivo, o modo de vida e a ocupação do território. Os terrenos menos férteis, mais marginais, são abandonados ou ocupados por outras actividades e nas áreas mais férteis surgem, por vezes, conflitos de utilização do solo.

Em resultado destas mudanças a estrutura das actividades económicas em meio rural tende a diversificar-se com o aparecimento de unidades ligadas à prestação de serviços relacionados com a ocupação do tempo de lazer. Em termos de serviços na Região Centro, entre 1994 e 1998, as funções relacionadas com o turismo aumentaram, particularmente, as associadas a formas mais qualificadas, veja-se a expansão dos hotéis e do turismo em espaço rural em face da diminuição das pensões (quadro 6).

Outro aspecto significativo é a expansão das habitações secundárias em meio rural. O fenómeno atinge uma dimensão tal que, em determinadas áreas, a expansão do número de alojamentos parece fazer esquecer algumas características recessivas da evolução da população residente (ver figura 4). Dos 275 concelhos do Continente, 35 revelaram uma taxa de crescimento do número de alojamentos positiva entre 1991 e 2001, enquanto os restantes indicadores demográficos foram negativos. O impacto sobre a dinâmica dos serviços locais é tanto mais importante quanto maior é o tempo de permanência desta população sazonal.

Quadro 6 - Serviços de lazer, freguesias servidas na Região Centro

	Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Varição 1994-98
		N.º	%	%
Serviços de lazer	Restaurante	606	54,6	5,4
	Pousada ou Estalagem	34	3,1	-10,5
	Pensão	214	19,3	-7,0
	Hotel	75	6,8	29,3
	Hotel-Apartamento	18	1,6	-
	Parque de Campismo, Caravanismo	65	5,9	6,6
	Turismo no Espaço Rural	126	11,4	8,6

Fonte : INE

Por sua vez, a população residente revela também, particularmente a mais jovem, comportamentos em que a necessidade de ocupar os tempos livres conduz à generalização de novos hábitos de consumo. Assim, não só proliferam estabelecimentos recreativos (bares, restaurantes, discotecas) como surgem equipamentos de tipo desportivo (piscinas, pavilhões polidesportivos, campos de jogos) e culturais (bibliotecas, salas de espectáculos)⁵. Qualquer destas situações ajuda a reforçar o carácter terciário destas regiões (ver figura 6).

3.3. As inovações nas tecnologias de comunicação e informação

As oportunidades criadas nas áreas rurais pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação em campos tão diversificados como o ensino, a medicina, o comércio e o trabalho em geral, estão ainda pouco estudadas.

A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação calculava que em Portugal existiam, em 2001, mais de 100 mil pessoas que trabalhavam a partir de casa utilizando as telecomunicações⁶. Isto não significa que as pessoas estejam permanentemente em casa, mas que uma boa parte do seu trabalho pode ser executado em qualquer lugar desde que tenham acesso a um computador e a uma rede de comunicações. Esta evolução nas condições de trabalho de grupos muito específicos (geralmente emprego muito qualificado, mas também funções rotineiras ligadas ao processamento de informação) pode ajudar a construir uma nova realidade sócio-territorial em que a distância física deixa de ter importância e passam a ser valorizados aspectos qualitativos associados à localização ou ao tipo de habitação. Por outro lado, de acordo com inquéritos realizados (Alves, Pereira e Pires, 1999) a disponibilidade para aderir a este tipo de trabalho

⁵ Ver mais à frente para a Região Centro (quadros 7 e 8).

⁶ Expresso, 1 de Junho de 2001.

depende muito de factores como a qualidade da habitação ou a existência de barreiras à mobilidade. Trabalhar em casa pressupõe a existência de um espaço dedicado exclusivamente a esta função, o que não é compatível com casas de pequena dimensão. Por outro lado, para ficar em casa ou a pessoa tem um motivo muito forte – acompanhar uma criança ou uma pessoa doente, ter dificuldades acrescidas de mobilidade – ou tem de ter condições de habitabilidade muito confortáveis que tornem atraente permanecer mais horas em casa – grande dimensão, jardim ou espaços ao ar livre, piscina, bom enquadramento paisagístico e ambiental.

As novas tecnologias de comunicação poderão, pelo menos teoricamente, vir a permitir comportamentos mais “livres” em termos de opções de localização quer por parte das habitações, quer por parte das próprias empresas. As áreas com grande qualidade em termos de ambiente ou em termos de património cultural, podem ser no futuro as grandes beneficiadas. Este tipo de tecnologias parece contribuir para a superação das desvantagens associadas ao isolamento e para uma real integração das áreas mais remotas que dispõem de certas amenidades.

Ao nível da prestação de serviços as experiências em curso são particularmente relevantes em domínios como a telemedicina que permite servir populações em áreas remotas, como são, por exemplo, as ligações de centros de saúde das áreas mais isoladas do Pinhal Interior ou do Hospital da Cova da Beira aos Hospitais da Universidade de Coimbra; a administração pública através das Lojas do Cidadão, os pontos de acesso nos postos dos Correios ou o sistema de informação ao contribuinte através da Internet (Alves e Pereira, 2001).

A utilização das novas tecnologias de comunicação pressupõe uma mudança radical no modo como são produzidos e no modo como podem ser consumidos os serviços. Estamos perante situações em que à produção concentrada num ponto pode corresponder o consumo disperso no território – como acontece com os serviços bancários, em que a utilização destas tecnologias conduzem à perda de autonomia das unidades dispersas no território, sem que os consumidores disso se apercebessem (Pereira, 1994). Mas o contrário também pode acontecer – o exemplo dos *call centers* – localizados de forma dispersa no território podem dirigir a sua actividade para pontos específicos ou para determinados tipos de população ou de empresas.

Estamos perante uma nova lógica em que o relacionamento das pessoas, das instituições e das empresas depende cada vez menos da posição física no espaço dos lugares, para se jogar ao nível dos espaços dos fluxos (Castels, 1998). O desenvolvimento das infra-estruturas e a melhoria da acessibilidade – física e monetária - aos meios de comunicação e informação são determinantes para que as áreas rurais possam deixar de ser remotas e isoladas.

4. A emergência de novas relações sócio-culturais

As transformações em curso nas áreas rurais não resultam apenas das mudanças demográficas, da reestruturação das actividades económicas ou de inovações tecnológicas, mas também da emergência de novas relações sócio-culturais, como a prioridade ao espaço verde, o regresso à vida natural, aos alimentos de qualidade e às actividades ao ar livre. Alguns autores defendem que este discurso revela a importância da mulher nas decisões onde faz prevalecer um certo bom-senso e uma lógica contrária ao imediatismo e ao curto prazo. Ao mesmo tempo, estas mudanças traduzem a relevância de um grupo social ligado às actividades dos serviços que impõe nas áreas rurais lógicas diferentes das que dominavam quando estas áreas eram eminentemente agrícolas.

4.1. Um discurso favorável aos espaços rurais

Nos últimos anos assistimos à emergência de um discurso favorável aos espaços rurais, onde sobressai a prioridade ao espaço verde, ao retorno à vida natural e aos alimentos saudáveis, ao prazer da calma, às actividades ao ar livre. Num mundo onde impera a velocidade, as mudanças sociais parecem trazer ao dia a dia a necessidade de abrandar. O número de pessoas que anseia por uma vida mais calma, ou pelo menos, por uns dias com ritmos menos acelerados, tende a crescer.

Até há pouco tempo o conceito de espaço urbano esteve associado ao lado positivo do desenvolvimento económico, social e político. A capacidade de produzir bens manufacturados e de oferecer serviços transformou a cidade no paradigma de divisão do trabalho e da criação de excedentes, logo de riqueza. Pelo contrário as áreas rurais representavam precisamente o oposto, correspondiam ao imobilismo económico, ao social mais retrógrado e ao conservadorismo político. As áreas rurais só conseguiam reabilitar a imagem quando, cultivando uma superfície, cada vez mais pequena, e ocupando um volume de força de trabalho cada vez menor, conseguiam oferecer mais alimentos à população ou matérias primas às actividades consideradas urbanas. Estas relações de força parecem, todavia, estar a alterar-se.

Até aos anos 70, só nas cidades se podia desfrutar de infra-estruturas e equipamentos colectivos e ter acesso a bens e serviços de qualidade. A partir do momento em que nas áreas rurais foram construídas infra-estruturas e equipamentos, a acessibilidade a bens e serviços mudou de forma evidente. Face à falência do modelo produtivista – veja-se, por exemplo, a crise alimentar e a desconfiança dos consumidores nos produtos da agricultura industrializada - a imagem das áreas rurais mais tradicionais parece estar a ser recuperada quanto mais não seja

como garante da qualidade e originalidade dos modos de produção e dos géneros de vida. Movimentos como o *slow-food* ou a reabilitação da dieta mediterrânea revelam atitudes e comportamentos que procuram fazer face aos modelos sociais impostos pelos *lobbies* da agricultura e da indústria dos países com maior poder económico e político.

Ao mesmo tempo que se assiste a uma realocização do sistema da agro-indústria, particularmente dos segmentos relacionados com os produtos de qualidade, desenvolvem-se serviços destinados a assegurar a autenticidade da origem geográfica ou da certificação biológica. A criação de denominação de origem ou de áreas demarcadas de produção impõe transformações ao nível local. De certo modo, as mudanças sócio-económicas a esta escala tornam-se parte de um processo global de reestruturação que envolve a evolução dos gostos dos consumidores, o que conjuntamente com as preocupações ecológicas e com o bem-estar dos animais constituem forças de pressão e contribuem para o redesenho das políticas e dos princípios de valorização dos espaços agrícolas.

O retorno à vida nos campos não quer dizer que as pessoas deixam de ter modos de vida, consumos e hábitos classificados, geralmente, como urbanos. Este movimento foi determinante para esbater os contrastes entre áreas rurais e urbanas. A difusão de ideias através da escolaridade obrigatória e dos meios de comunicação, em particular, a televisão, e a facilidade de circulação de pessoas, bens e serviços, alterou radicalmente a posição relativa das diversas regiões. Mesmo nas áreas rurais mais típicas há mudanças na paisagem pois apesar de se manterem grandes extensões dedicadas à agricultura ou com espaços verdes aumentam os espaços dedicados a outras funções. O enorme acréscimo de mobilidade ajudou a esbater as características das comunidades locais e abriu as áreas rurais a novos usos, costumes e valores. A inovação social deixou de ser apanágio exclusivo das áreas urbanas. Novas relações de poder e novas redes de actores passaram a entrecruzar áreas rurais e áreas urbanas. O movimento de populações, a diferentes escalas, contribuiu de forma decisiva para a interpenetração de modos de vida e para estimular trocas de experiências a todos os níveis.

Simultaneamente, um grupo, ainda que reduzido de pessoas, começou a mudar a sua filosofia de vida dando prioridade à vida em espaços pouco humanizados, em casas individuais, actividades ao ar livre e em plena tranquilidade. A esta mudança de valores está, de certo modo, associado o crescimento dos novos “medos” como a poluição, a comida estandardizada, as doenças do *stress*, a insegurança e a droga, que têm maior expressão nas áreas urbanas. Perante perigos colectivos, de controlo duvidoso, o retorno à natureza configura quase sempre uma reacção tipicamente individualista. A integração desta população com a população residente é, em geral, limitada a pessoas do mesmo nível sócio-cultural.

4.2. O papel das mulheres na valorização dos espaços rurais

Para alguns autores (Boyle *et all*, 1998; Allanson e Whitby, 1996) o papel das mulheres na valorização dos espaços rurais tem sido fundamental. Até há pouco tempo o trabalho e a produtividade foram os valores centrais da sociedade. A entrada das mulheres na vida pública transformou as regras da rendibilidade pura e trouxe, definitivamente, a concepção utilitária de vida, com novas exigências em termos de qualidade que, nalgumas situações, podem ser associadas à qualidade de vida, nomeadamente, das áreas rurais.

A este facto podemos ainda associar uma certa sensibilidade feminina orientada mais para uma visão de longo prazo, o que de certo modo parece traduzir-se no privilegiar de uma perspectiva de desenvolvimento, centrada na sustentabilidade, procurando não pôr em risco os recursos das gerações futuras.

Ao mesmo tempo, sendo as mulheres um dos grupos mais sacrificados pelas contingências da vida nas grandes concentrações urbanas⁷ é natural que a sua reacção seja no sentido de promover algo que permita ter uma vida mais calma, sem a correria diária para fazer face ao trabalho doméstico e ao trabalho fora de casa.

4.3. A “classe dos serviços”

Muitas das modificações económicas e sociais em curso nas áreas rurais estão directamente relacionadas com transformações decorrentes do crescimento de grupos sociais ligados aos serviços.

A expansão dos serviços à colectividade (educação, saúde e administração), dos serviços pessoais (restauração, comércio, reparações) e dos serviços às empresas fixou fora dos grandes centros urbanos uma classe-média que dispõe de salários relativamente elevados, segurança no emprego e um nível apreciável em termos de instrução.

Esta classe dos serviços exerce uma influência forte sobre a natureza social e física do meio rural. Por um lado, domina o mercado imobiliário, provocando uma inflação, que nalguns casos acaba por expulsar algumas das famílias autóctones, que têm de sair para outras áreas, nomeadamente para as urbanas. Por outro lado, ganha o controlo do desenvolvimento local, protegendo quem se identifica com os seus ideais de desenvolvimento que, geralmente, nada têm a ver com a

⁷ Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD de 1998, a jornada diária de trabalho das mulheres é, de um modo geral, mais longa do que a do homem, pois ao trabalho fora de casa há que juntar o trabalho doméstico, onde a divisão de funções continua limitada. O caso português foi estudado por Isabel André (1993) *O Falso Neutro em Geografia*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.

agricultura e com áreas rurais tradicionais. Por fim, contribuem de forma definitiva para a transformação das áreas rurais em territórios de consumo. Altamente consumidores de espaço, as atitudes e comportamentos destes grupos sociais vão ser determinantes nas opções do ordenamento territorial.

Em face dos padrões de consumo deste grupo de habitantes crescem, um pouco por todo o território as funções de educação, desporto, cultura e lazer. Veja-se o exemplo da evolução destes serviços nas freguesias da Região Centro (quadros 7 e 8).

Estas mudanças sociais e económicas trouxeram pressões sobre os recursos rurais e provocaram a necessidade de re-avaliar as políticas para estas áreas. Nos anos 80, assistiu-se a um reassumir de estratégias de regulação, particularmente, em relação à sustentabilidade e à conservação do ambiente. Assim, surgiram iniciativas, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional, com vista à protecção da água (poluição) e dos solos (erosão). Ao nível local, a crescente consciencialização do valor do meio natural e do ambiente suscitaram movimentos que reafirmaram a importância dos poderes públicos no controlo do processo de mercantilização destes recursos, desenvolvendo políticas visando de algum modo protegê-los.

Quadro 7 - Serviços de desporto e lazer, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Varição 1994-98	
	N.º	%	%	
Desporto e lazer	Grandes Campos de Jogos	709	63,9	20,2
	Associações Desportivas/Clubes	850	76,6	21,8
	Piscina (coberta, descoberta)	138	12,4	40,8
	Salas de Desporto e Pavilhões	311	28,0	42,0

Fonte : INE

Quadro 8 - Serviços de cultura e lazer, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Varição 1994-98	
	N.º	%	%	
Cultura e lazer	Biblioteca Aberta ao Público	200	18,0	3,6
	Associação Desportiva, Clube	850	76,6	21,8
	Imprensa Local	165	14,9	-
	Jornal diário	338	30,5	-
	Salão de Festas	712	64,2	-
	Rádio Local	63	5,7	-6,0
	Escola de Música, Dança e Outras Artes	275	24,8	-5,8

Fonte : INE

A generalização dos serviços relacionados com o ambiente é um dos reflexos deste processo, particularmente, a questão da gestão dos sistemas de saneamento básico e do tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos. Nas freguesias da Região Centro a taxa de cobertura de alguns destes serviços era já muito significativa em 1998 (quadro 9). O esforço de investimento das autarquias em domínios relacionados com o ambiente tem sido significativo, mas é ainda insuficiente como revelam os indicadores de qualificação, como são o tratamento de águas residuais e o abastecimento de água tratada.

Quadro 9 - Serviços relacionados com o ambiente, freguesias servidas na Região Centro

Tipos de Funções	Freguesias servidas 1998		Variação 1994-98
	N.º	%	%
Águas Residuais Submetidas a Tratamento	314	28,3	55,4
Abastecimento de Água Tratada	650	58,6	-
Ambiente Recolha de Lixo	1106	99,7	1,0
Rede de Distribuição Domiciliária de Água	1043	94,0	5,2
Rede de Saneamento	720	64,9	-

Fonte : INE

5. Conclusão

As mudanças nas características da população residente, a reestruturação das actividades económicas e as inovações tecnológicas estão a traduzir-se, nalgumas áreas rurais, num processo de inovação social associado a novos valores e a novas relações sócio-culturais de que a terciarização das actividades é apenas uma das facetas visíveis. Nas últimas décadas, a larga maioria dos empregos criados nas áreas rurais surgiram nos serviços relacionados com o desenvolvimento social e a criação de melhores condições de vida, como a educação, a cultura, o lazer, a saúde, a segurança social e a administração pública.

Parte das funções de serviços que ocorrem com maior frequência nas freguesias da Região Centro são, de certo modo, uma herança do passado, pois submetidas às lógicas actuais de rentabilidade talvez não se justificassem em determinados localizações (exemplos: escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico Público; lojas de vendas de bebidas; estabelecimentos comerciais polivalentes; praças de taxis; distribuição domiciliária de correio). Em virtude do declínio e envelhecimento da população, estas funções podem estar a funcionar, em muitos locais, abaixo dos limiares mínimos de procura, mas continuam a justificar-se por lógicas sociais variadas. Contudo, entre as funções mais frequentes nas freguesias

da Região Centro há que destacar um conjunto criado em virtude dos novos estilos de vida e de novos valores (por exemplo: recolha de lixo; saneamento básico; educação pré-escolar; serviços domiciliários de apoio à terceira idade; reparação de automóveis). A adopção de novos hábitos de consumo conduziu por um lado, à produção de lixos domésticos e industriais que, contrariamente ao passado, não são passíveis de “reciclagem natural” e, por outro, à necessidade de construção de sistemas de saneamento básico com tratamento das águas residuais e de recolha com tratamento de resíduos sólidos. Ao mesmo tempo, a generalização às áreas rurais de modelos societários onde desapareceram as famílias alargadas responsáveis pela socialização das crianças até ao início da escolaridade obrigatória e pelo acompanhamento da população doente ou idosa estimulou o surgimento de novas funções de serviços sociais ou da economia social. A expansão do transporte privado e, em particular do automóvel, conduziu a mudanças significativas em termos de mobilidade das populações e promoveu o desenvolvimento de novas funções de serviços como as oficinas de reparação ou os postos de venda de combustíveis. Assim, ao mesmo tempo que se constituem em espaços privilegiados de colocação da força de trabalho qualificada, as áreas rurais estão a perder o cariz de espaços de produção primária e vão-se tornando, cada vez mais, espaços de produção e consumo de serviços.

Pela acção combinada de diversos factores (a generalização do automóvel privado, a mecanização de agricultura, a redução progressiva do tempo de trabalho à medida que aumenta a sua intensidade, as inovações tecnológicas, em particular as telecomunicações e os *media*, e a entrada das mulheres no mercado de trabalho) não só se superam, de maneira incontornável e mesmo irreversível, parte dos grandes constrangimentos de mobilidade, como também se condicionam e alteram os códigos da sociedade, moldando-os e gerando uma necessidade progressiva de liberdade. Esta traduz-se na crescente diversidade dos comportamentos, o que proporciona uma multiplicidade de escolhas em termos de modos de vida que permitem perspectivar utilizações cada vez mais diversificadas e inovadoras dos diversos territórios.

Se o rural era, por excelência, a forma de organização da sociedade dominada pelas actividades primárias, as grandes conurbações urbanas foram por excelência a expressão territorial do modelo de desenvolvimento baseado na grande indústria capitalista. As formas de organização dos territórios que hoje emergem são diferentes, pois o desenvolvimento de uma região baseia-se cada vez mais em fluxos desmaterializados resultantes de actividades económicas e sociais que têm como factores de localização aspectos muito diversos dos do passado.

Bibliografia

- ALLANSON, P. e WHITBY, M. (1996), *The Rural Economy and the British Countryside*, Earthscan Publications Ltd, London.
- ALLEN, J.; MASSEY, D. e COCHRANE, A. (1998), *Rethinking the Region*. Routledge, London.
- ALVES, T. (2001a), “Les services en milieu rural au Portugal – facteurs de changements et de développement” in *Colloque Dynamique Rurale, Environnement et Stratégies Spatiales*, Université Paul Valéry, Montpellier.
- ALVES, T. (2001b), “Multifuncionalidade e desenvolvimento nas áreas rurais em Portugal” in *IV Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurales: La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Peninsula Ibérica*, Santiago de Compostela.
- ALVES, T. e PEREIRA, L. (2000), “Era do Conhecimento: Perspectivas de um País Periférico” in *Repensar Portugal, Perspectivas de um País Periférico no Limiar do Século XXI*. CEG, Lisboa.
- ALVES, T. e PEREIRA, L. (2001), “The decentralization of the public administration in Portugal and the development of services in rural areas” in *Planning Research 2001*. Liverpool University and Liverpool John Moores University, Liverpool.
- ALVES, T.; PEREIRA, L. e PIRES, I. (1999), “Novas Formas de Organização do Trabalho: o Teletrabalho” in *Actas do VIII Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho*, Lisboa.
- BARLETT, P. F. (1993), *American Dreams, Rural Realities, Family Farms In Crisis*, Chapel Hill and London.
- BÉTEILLE, R. e MONTAGNÉ-VILLETTE, S. (1996), *Le “rural profond” français*, Sedes, Paris.
- BOURDIEU, P. (2000), *Les Structures Sociales de l'économie*. Seuil, Paris.
- BOYLE, P. e HALFACREE, K. (1998), *Migration into Rural Areas*. Wiley, Londres.
- BUTLER, T. E SAVAGE, M. (1995), *Social Change and the Midle Classes*, UCL Press, London.
- CASTELLS, Manuel (1998), *End of Millennium*. Oxford, Blackwell.
- CAVACO, C. (1996), Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia?, in *Dinamismos económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- CENTRE DE RECHERCHES SUR L'EVOLUTION DE LA VIE RURALE (1995), *Les mutations dans le milieu rural*, Presses Universitaires de Caen, Caen.
- CLOKE, P. e LITTLE, J. (1997), *Contested Countryside Cultures*, Routledge, London and New York.
- GASPAR, J. et al. (1998), *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*. Relatório de projecto apresentado à DGDOTDU, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado).
- GIDDENS, A. e HUTTON, W., (ed.) (2000), *On the Edge – Living with Global Capitalism*, Johnathan Cape, London.
- INE (1995), *Inventário Municipal da Região Centro 1994*. INE, Coimbra.
- INE (1999), *Inventário Municipal da Região Centro 1998*. INE, Coimbra.
- INE (2001), *Censos 2001. Resultados Preliminares*. INE, Lisboa.
- INE (2002) *Censos 2001. Resultados Provisórios*. INE, Lisboa.
- LIMOZIN, P. (1996), *Les agricultures de l'Union européenne*, Armand Colin, Paris.
- MARSHALL, N.; WOOD, P. (1995), *Services and Space*. John Wiley & Sons Inc., New York.
- MÉO, G. (2000), *Géographie Sociale et Territoires*. Nathan Université, Paris.
- MURDOCH, J. e MARSDEN, T. (1994), *Reconstituting Rurality*, UCL Press, London.
- OCDE (1996), *Indicateurs territoriaux de l'emploi. Le point sur le développement rural*, OCDE, Paris.
- PEDROSO, P. (1998), *Formação e Desenvolvimento Rural*, Celta Editora, Oeiras.
- PEREIRA, T. A. (1994), *Serviços e Reestruturação Produtiva*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- RAMOS, A. S. (1996), *A Mobilidade Geográfica da População em Idade de Reforma: o caso da Cidade de Lisboa*. Tese de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, M. J. (Coord.) (2000), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Celta Editora, Oeiras, 2000.
- SHIELDS, R. (1991), *Places on the Margin*, Routledge, London and New York.
- TÉBOUL, J. (1999), *Le Temps des Services*. Éditions d'Organisation, Paris.